

entrevista privatizações das águas

[MINISTRO DO AMBIENTE FRANCISCO NUNES CORREIA]

“Novos sistemas vão criar uma indústria da água para privados”

Nunes Correia acredita que o novo modelo para o sector das águas vai criar largas dezenas de sistemas que podem ser concessionados. O ministro explica ainda porque é que a AGS (Grupo Somague) vai ser afastada da privatização da Aquapor e revela as prioridades definidas para a AdP

Tânia Ferreira tf@mediafin.pt

O que motivou a venda da Aquapor?

Esta decisão vem a ser preparada há algum tempo. Em 2006, já com este objectivo, procedeu-se a uma profunda reestruturação da Aquapor, que visou dar mais valor à empresa e torná-la mais atractiva para o processo de venda. A participada Luságua foi autonomizada como prestadora de serviços e a Aquapor ficou directamente com as participações de todas as concessões.

Mas porquê agora?

A entrega aos privados, por concessão, da exploração das infra-estruturas em “baixa” [desde o reservatório camarário até ao cliente final] faz parte da execução do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR) 2007-2013. Há o objectivo de aprofundar as parcerias com os municípios, até à construção, melhoria e requalificação de sistemas em “baixa”, mas não existe a intenção que depois a exploração seja feita pelas empresas participadas da Águas de Portugal (AdP).

Qual é então o modelo a adoptar?

A solução correcta é concessionar, por períodos de 15 anos, esses vários sistemas que vão ser criados a empresas privadas.

Quando será lançado o primeiro curso de concessão?

Entre 2009 e 2010, uma vez que a ideia é que em 2008 comecem a ser criados sistemas. A AdP está agora com câmaras – no seguimento de um protocolo com cerca de 150 municípios com interesse na integração da alta com a baixa – a desenvolver

BLOCO DE NOTAS



- População 1,330 milhões habitantes
- Clientes directos 345 mil

Reorganização valorizou empresa de concessões

Criada em 1997, a empresa é detida a 100% pela AdP, que comprou 24,5% ao BPI em 2005. A Aquapor tem participações num total de 11 concessões, que abrangem 24 municípios, prestando serviço a cerca de 345 mil clientes directos e a uma população de 1,330 milhões de habitantes. Ou seja, cerca de 13% da população portuguesa, directa e indirectamente. Em 2006, a Aquapor, que integra também a Luságua e foi alvo de uma reorganização, registou resultados líquidos negativos de 2,231 milhões de euros.

100% Capital alienado

Venda será concluída até final do primeiro trimestre de 2008.

estudos para caracterizar os sistemas. Temos a convicção de que este modelo vai criar largas dezenas de sistemas que podem ser concessionados. Não ficaria surpreendido que, no mínimo, aparecessem entre 40 e 50 novos sistemas em baixa. Vai ser criado um mercado de concessões como jamais existiu em Portugal na indústria da água.

As críticas dos privados sobre o duplo papel da AdP foi tomado em consideração nesta decisão do Governo?

A verdade é que não fazia sentido alargar e aprofundar este mercado de concessões e ter, ao mesmo tempo, a AdP com as autarquias a concessionar estes sistemas e a operar as concessões. Chegou o momento de a AdP se concentrar no “core-business”: parcerias com os municípios para estruturar os grandes sistemas regionais de abastecimento de água, na “alta” [desde a captação até ao reservatório] e agora descendo à “baixa”, mas não na exploração. Isso faz com que a Aquapor, que presta serviços a municípios ou a sistemas intermunicipais em concorrência com os privados faça cada vez menos sentido na AdP. Além de que isso tem criado grandes incómodos nos privados.

Qual vai ser o modelo de alienação da Aquapor?

Vamos vender 100% como um todo, para evitar novos mal entendidos entre os papéis do Estado e privados. Pensámos em manter uma posição minoritária, mas optámos por vender tudo. Criámos, porém, um conjunto de garantias para quando a empresa for autónoma, já

que estamos a falar de um sector estratégico.

Como assim?

Pretendemos criar um novo “player” privado. Não se pretende engordar um já existente. É um requisito fundamental na escolha do comprador, porque queremos que a Aquapor se mantenha como uma empresa autónoma. Não queremos que seja fundida com outro operador já existente e que dê origem a uma grande empresa.

Isso significa que a AGS, do grupo Somague, está fora da corrida?

Bom... Não quero ser eu a dizer isto, mas posso dizer que estes nossos critérios são muito claros e não deixam margens para dúvidas. Não queremos situações de posição dominante. Numa área tão sensível como esta [água], não se pode pretender apenas o encaixe financeiro. É claro que é uma componente importante, mas há objectivos estratégicos que cabe ao Estado assegurar.

Mas, afinal, como é que se vai fazer a privatização?

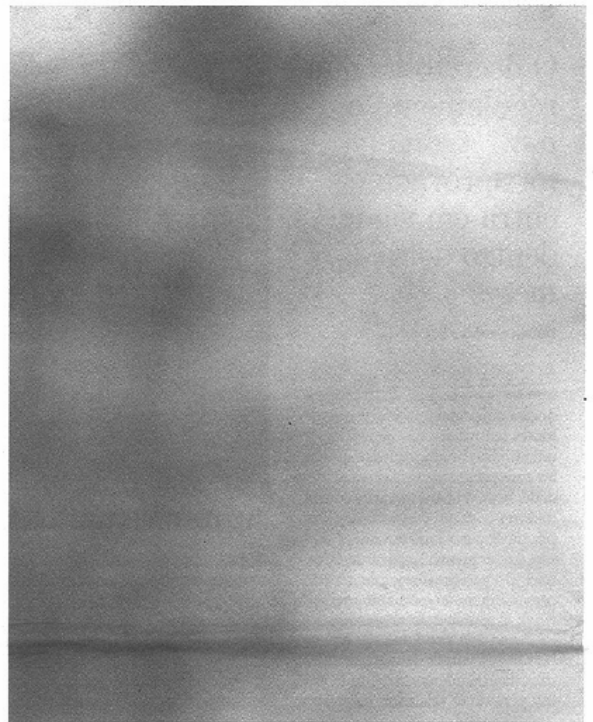
Por negociação particular e directa, em dois períodos. Na primeira fase, em curso até Dezembro, está a ser elaborado um memorando informativo. Ao mesmo tempo está a ser feita a identificação dos potenciais interessados. Depois, os interessados vão apresentar propostas preliminares não vinculativas, com o projecto que têm para aquela empresa e quanto estão dispostos a pagar. Essas propostas vão ser avaliadas e escolhidos dois ou três candidatos para passarem à fase dois.

Quais são os critérios de qualificação dos candidatos?

Em primeiro lugar, vai ser exigido que preservem a identidade, autonomia e integridade das qualificações da empresa. De preferência a própria marca Aquapor que é um activo muito forte. Estamos a falar de uma empresa que abastece 13% dos portugueses, directa e indirectamente, distribuídos por 24 municípios. Além disso, exige-se, pelo menos, por cinco anos a estabilidade do corpo accionista: 51% do capital com poder de decisão não pode mudar de mãos nesse período. Nesse mesmo tempo, tem de ser assegurada a manutenção dos postos de trabalho. Naturalmente, irá pesar o preço que cada candidato está disposto a pagar por esta aquisição e as garantias que ofereça de cumprimento das condições que aceitou.

E na segunda fase?

Aí vão ser aprofundadas as propostas dos dois ou três seleccionados. Os seleccionados vão ter acesso a toda a informação da empresa, concentrada numa data-room, com informação confidencial, e recebem uma minuta do contrato de compra e venda, onde estão fixadas todas as condições. Depois disso, os candidatos vão apresentar as chamadas propostas finais e sugestões de alterações ao contrato que pretendem estabelecer com a administração da Águas de Portugal. Até ao fim do primeiro trimestre é escolhido o candidato e fica o negócio fechado. Volta a salientar que esta privatização, apesar de o preço ser um factor importante, não visa meramente o encaixe financeiro.



Mario Poppe



EPAL e Simtejo “na calha” para serem fundidas

Um dos objectivos do Governo para o sector das águas é a obtenção de economias de gama, através da convergência das actividades de abastecimento de água com o saneamento de águas residuais na mesma empresa. “É um processo para dar massa crítica as empresas e com isso conseguir maior eficiência”, justifica o ministro do Ambiente, explicando que “há 10 anos havia uma grande relutância das câmaras em envolverem-se em processos regionais, mas a pouco e pouco foram compreendendo que têm muito a ganhar e hoje estão abertas a estes processos de fusão, que têm um impacto directo no embaratecimento das tarifas”. Nunes Correia está convencido de que “quando vamos para as baixas, maiores razões existem para considerar sistemas de grande escala, já que é mais fácil conseguir a sustentabilidade financeira”. Lembrando que estes processos e implicam a adesão voluntária das câmaras municipais, o governante diz que para isto “temos de apresentar argumentos concretos e tangíveis em termos de vantagens de maneira a captar a disponibilidade das autarquias para este processo”. No âmbito da estratégia de integração do abastecimento com o saneamento, o accionista Estado apadrinha fusão da EPAL e da Simtejo. “É uma hipótese que se tem discutido e que não está excluída dos nossos ob-

jectivos estratégicos”, afirma Nunes Correia. A EPAL, detida a 100% pela AdP, é responsável por um sistema de abastecimento na região da Grande Lisboa, a Norte do Tejo. Já Simtejo é o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Tejo e Trancão, que foi criado para efectuar a recolha e o tratamento dos efluentes gerados nas bacias hidrográficas do rio Trancão e nas pequenas bacias da margem direita do Estuário do Tejo, entre Vila Franca de Xira e Algés, e das ribeiras do Oeste.

As autarquias há dez anos eram muito relutantes quanto aos processos de fusão, mas já perceberam que há vantagens para todos e embaratecem as tarifas.

“Vamos aumentar o capital da AdP em 300 milhões para cumprir o QREN”

”

Com a venda da Aquapor pretendemos criar um novo ‘player’ privado e não engordar um já existente.

Numa área tão sensível como a água não se pode pretender apenas o encaixe financeiro.

O encaixe da venda da Aquapor não deve ser receita directa para o Estado, mas antes para a AdP.

Qual é a perspectiva de encaixe da venda da Aquapor?

Está a ser feita a avaliação da empresa pela Caixa BI. Antes da reestruturação, tínhamos um valor de 50 milhões de euros, mas a empresa foi bastante valorizada.

Esta vai ser uma receita directa para os cofres do Estado ou para a AdP?

Não me parece que o melhor destino seja fazer disto uma receita directa para o Estado. A AdP, sobretudo no início do PEAASAR, vai precisar de fazer um aumento de capital com alguma expressão e poderá, portanto, ser sensato integrar, no curto prazo, esta receita em reservas da AdP para depois ser contemplada no aumento de capital da empresa, por parte do accionista Estado.

Quando é que vai acontecer esse aumento de capital? E de que valor?

Essa operação deverá ser executada em 2008. O valor da AdP está mais ou menos nos mil milhões de euros e temos a ideia de que há uma necessidade na ordem dos 300 milhões de euros para concretizar as prioridades traçadas no QREN, que implicam contrapartidas nacionais em valores mais elevados do que nos anteriores quadros comunitários de apoio. A empresa vai, neste sentido, precisar de uma

maior liquidez.

Face às necessidades de financiamento, faz sentido dispersar parte do capital da holding em bolsa?

Estes processos fazem-se por ciclos e no actual, que identifico com o período do Governo, isso está absolutamente fora de questão. Não existe nenhuma intenção de abrir o capital da holding da AdP a privados nesta legislatura. Não obstante, no médio prazo, não há nenhuma espécie de preconceito contra isso. Faz sentido chamar os privados a participar, minoritariamente, no capital da empresa para ajudar aos investimentos e para dar um maior pragmatismo económico, de maior eficácia e eficiência. Uma empresa que sempre esteve no sector público tende a dar, muitas vezes, primazia a critérios de índole claramente política, na escolha de parceiros, das áreas de negócios e até na forma de gestão dos recursos humanos. Pode, portanto, haver um conjunto de vantagens inquestionáveis neste casamento.

E porque não então no decorrer desta legislatura?

Porque as coisas fazem-se, fazendo. Cada coisa a seu tempo e neste momento seria precipitado. Uma empresa com esta dimensão e esta escala não deve dar saltos

bruscos. Não estamos aqui a falar de um activo do Estado que interessa valorizar no curto prazo para alienar. Se assim fosse já tinha sido privatizada há muito tempo. Estamos a lidar com braço empresarial para a estruturação de um sector de grande sensibilidade. O Estado não pode portanto comportar-se como um mero accionista.

Quer dizer que estão a preparar a empresa para entregá-la ao próximo Governo em condições de ser privatizada?

Está a ser feito é um trabalho de levar à empresa critérios de eficiência e de rentabilidade que, cada vez mais, a tornem apetível para os privados. Porque isso significa que ela será mais competitiva e também o Estado tem interesse nisso.

”

A privatização da AdP no médio prazo faz todo o sentido, porque os privados dão mais capital e eficiência à empresa. Mas isso não vai ser nesta legislatura.

Depois da Aquapor, há mais alguma alienação prevista? A Epal, por exemplo, pode vir a ser aberta aos privados?

Onde, neste momento, faz menos sentido entrarem privados é exactamente no nível intermédio. Sempre defendi que a abertura aos privados deveria começar por baixo, o que está a acontecer agora com a Aquapor. No médio prazo, fará sentido abrir o capital por cima, justamente para trazer uma lógica privada macro.

As empresas multimunicipais são muito o resultado com municípios, que estão neste momento em processos de fusão, de aquisição de escala e estruturação. Têm de seguir orientações globais estabelecidas pela AdP, que é o accionista maioritário e, portanto, os processos de privatização aqui não seriam benéficos para a consistência e coerência do sistema. A Epal, apesar de não ter capital municipal, não se distingue muito dos sistemas multimunicipais. A abertura a privados não faz parte das nossas prioridades imediatas. Poderia fazer mais sentido a outros municípios, numa base minoritária, mas não sei se as autarquias estariam disponíveis para isso, já que usufruem dos benefícios de uma empresa sem estarem financeiramente envolvidos.